

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 8 de abril de 2024 - Ata n.º 25.

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ªs Deputados **Alexandre Curi** (1.º Secretário) e **Luciana Rafagnin** (na função de 2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **25.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Luciana Rafagnin que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Luciana Rafagnin – PT): (Procedeu à leitura da Ata da 24.ª Sessão Ordinária, de 2 de abril de 2024.) É isso que contém a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ªs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Alexandre Curi se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 175/2024** do Sr. Governado Carlos Massa ratinho Jr., comunicando que estará

ausente do país no período de 10/04 a 17/04/2024, para realização de compromissos pertinentes à agenda governamental, com destino à Índia e aos Emirados Árabes Unidos; **Ofício n.º 185/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 1012/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.894; **Ofício n.º 186/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 83/2024, que foi convertido na Lei n.º 21.893; **Ofício n.º 187/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 349/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.895; **Ofício n.º 188/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 1044/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.896; **Ofício n.º 189/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 965/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.897; **Ofício n.º 190/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 855/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.898; **Ofício n.º 191/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 704/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.892; **Ofício n.º 389/2024** do Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 200/2024**) que altera e acrescenta, na forma que especifica, dispositivos na Lei n.º 20.640, de 12 de julho de 2021 – Regime Jurídico dos Servidores do Ministério Público do estado do Paraná, e dá outras providências; **Ofício n.º 677/2024**, da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Processo n.º 08200.004152/2024-12** da Polícia Federal – Divisão de Operações de Inteligência Cibernética, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Arilson Chiorato. É o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos ao horário do Grande Expediente. Por solicitação da Deputada Maria Victória e do Deputado Hussein Bakri, o Grande Expediente é destinado para ouvirmos a Sr.^a Maria Sílvia Bacila, Secretária de Educação do Município de Curitiba, que falará sobre o cadastro escolar, critérios, procedimentos e auditorias dos dados. Agradecemos aqui a presença da Sr.^a Karina Reis Kos, Assessora de Gabinete, ao tempo em que solicito ao Deputado Hussein que faça a saudação as nossas visitantes.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, nobres colegas, Sr.^a Presidente Deputada Mabel, Deputada Luciana, Deputado Curi, Deputadas e Deputados que se encontram, plateia que nos assiste ao vivo pela *TV Assembleia*, coube a mim essa missão honrosa de fazer a saudação a duas pessoas importantes. A primeira delas é essa profissional capacitada, competente, que é a Maria Sílvia Bacila, Secretária de Educação do Município de Curitiba. Faço-o na condição de Líder do Governo e Presidente da Comissão de Educação desta Casa e, também, em nome da Deputada Maria Victoria, que logo vai estar presente entre nós. Certamente, ela vai falar aqui sobre o cadastro escolar, critérios, procedimentos e auditoria dos dados da Capital, mas quero ressaltar aqui a formação de V.Ex.^a, que possui graduação em Pedagogia pela PUC-PR; Mestrado e Doutorado em Educação também pela PUC; especialista em Psicopedagogia e Psicomotricidade Relacional; Professora Adjunta do Departamento de Educação da UTFPR; atuou como Professora e Pedagoga de Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Superior durante 30 anos; e Professora no Ensino Superior desde 1997. Quero fazer uma saudação especial, sinta-se em casa, para que possa explorar aqui os grandes projetos da sua pasta, para todos os colegas Deputados e para quem nos assiste. Seja bem-vinda e obrigado. Em tempo, quero saudar também a Assessora Karina Reis Kos. Obrigado, Sr. Presidente.

SR.^A PRESIDENTE (Deputada Mabel Canto - PSDB): Passo a palavra agora à Sr.^a Maria Sílvia Bacila, Secretária de Educação do município de Curitiba.

SR.^A MARIA SÍLVIA BACILA: Boa tarde, quero cumprimentar essa Mesa Executiva, em nome da Deputada Mabel Canto. E, em seu nome, cumprimento todos os Deputados desta Casa. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui e poder estreitar os nossos laços entre a Prefeitura de Curitiba, especialmente da Secretaria Municipal da Educação com esta Casa de Leis. Temos um grande vínculo com a nossa Câmara de Vereadores. Isso é natural até porque o trabalho municipal acontece, muitas vezes, com essa instância legislativa, mas é importante trazermos também para apreciação dos Deputados o trabalho que executamos, especialmente no atendimento às nossas crianças da educação

infantil. Vou trazer aqui a questão do cadastro *on-line*, que se refere às crianças de zero a três anos, mas é importante falar de uma fotografia anterior, do que tínhamos e de como estamos hoje. Claro que não me furto de nenhum tipo de crítica para que possamos melhorar, porque foi exatamente olhando para a fotografia do passado que pudemos melhorar; e olhando exatamente para essa fotografia do presente é que temos a capacidade de ir adiante. Então, estamos extremamente abertos sempre a pensarmos em todas as possibilidades que temos, para efetivamente garantirmos o atendimento das crianças de zero a três anos. É importante destacar que quando chegamos em 2017, na gestão do Prefeito Rafael Greca, encontrei os nossos CMEIs com a fila da educação infantil feita por meio do nosso querido papel, do papelzinho, em cada uma das nossas unidades educacionais. Logo de início, me recordo que perguntei: como podemos gerenciar essa fila? Como é que vamos saber quantas crianças efetivamente temos para poder organizar esse processo e, por óbvio, poder fazer um planejamento da quantidade de vagas que conseguiríamos ampliar com o recurso que temos? Porque vocês bem sabem que precisamos trabalhar a partir da quantidade de recursos que temos para dar conta disso. E algumas pessoas me disseram: *Ah, professora Maria Silvia, a senhora nunca vai saber esse número.* Opa! Nós vamos saber esse número. Então, claro que naquele tempo inicial em que realmente aquela fila era feita anotada em um papel, em que os pais iam em cada uma das unidades - imaginem em mais de 200 unidades naquele momento -, levando o seu cadastro diariamente à unidades diferentes. Claro que era muito difícil fazermos aquele tipo de controle. E foi por isso que, então, passamos a ter um sistema de controle. Então, unificamos todas as possibilidades de intenção de vagas das crianças de Curitiba por meio desse cadastro, e não existe mais um papel, não existe mais esse tipo de cadastro feito em cada uma das unidades. Então, esse sistema que desenvolvemos e conseguimos trabalhar com ele a partir de 2019, trouxe agilidade, transparência para as nossas unidades educacionais de educação infantil, e por meio dele conseguimos distribuir de maneira equânime as vagas para essas crianças de zero a três anos, que ainda temos uma necessidade de ampliar essas vagas. Já ampliamos muito - quero destacar isso para vocês -,

mas ainda temos uma necessidade de ampliarmos mais vagas para esse grupo de crianças. Então, quando lançamos o cadastro em 2019 trabalhamos com os critérios de vulnerabilidade. É importante destacar que os pais quando acessam esse cadastro a primeira pergunta que eles vão identificar é se essa criança é uma criança com deficiência ou não, e se eles já marcarem que a criança é uma criança com deficiência essa vaga é compulsória. Então, acho que isso é importante também que todos os Deputados tenham esse conhecimento, mas se não for uma criança com deficiência vamos trabalhar com o nível de renda familiar; vamos trabalhar com a situação de drogadição e/ou alcoolismo; a situação, por exemplo, prisional do pai ou da mãe ou de ambos; pai ou mãe adolescente; ausência de rede de apoio na cidade; condição de moradia; se a criança é cuidada por outra criança ou se essa criança é submetida a estar, por exemplo, no local de trabalho desses pais; se ela tem já irmãos frequentando uma de nossas unidades, porque o cadastro vai direcionar essa vaga para que essa criança permaneça na unidade onde o irmão ou a irmã já frequenta essa unidade; e se esta família é beneficiada por algum tipo de política social, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família. Esses critérios vão nos dar índices de vulnerabilidade e, portanto, essa criança, dentro dessa inteligência artificial, ela vai ter uma nota de vulnerabilidade. E aí é que é necessário que as pessoas compreendam como o cadastro funciona. Por exemplo, se a filha da Deputada Mabel Canto entra no cadastro hoje, a sua filha terá um nível de vulnerabilidade; se a minha neta, que nasceu sexta-feira, entra neste cadastro hoje também, elas vão ter provavelmente níveis diferentes de vulnerabilidade, bem pouco, não é Deputada, mas são níveis diferentes de vulnerabilidade, e elas vão disputar com crianças que lá estão com níveis diversos de vulnerabilidade. Essa data de ingresso delas não garante que elas estejam em primeiro lugar na fila, porque se hoje, por exemplo, a filha de uma munícipe de Curitiba, por exemplo, mãe que faz parte do sistema prisional, entrar nessa fila, essa criança terá essa vaga muito mais à frente do que a minha neta e do que a sua filha. Então, é importante entender que isso varia de acordo com esses critérios que dão essa nota e dão essa condição de que essa criança tenha essa vaga garantida primeiramente do

que crianças que têm menores critérios de vulnerabilidade. Isto não é tão fácil da população entender, mas é a medida mais equânime que temos para tratar as diferenças sociais que o nosso País possui. É importante destacar que o Ministério Público concorda com esses critérios, sempre explicamos e nunca tivemos nenhum óbice nesse sentido, exatamente porque atendemos ao que a legislação preconiza nessa perspectiva social. Outra questão é que o nosso cadastro é perfeitamente auditável, não há criança que passe na frente de outra criança. Pode ser um pedido da pessoa mais importante deste País, como pode ser um pedido de uma pessoa muito humilde, não há pedidos que sejam atendidos a não ser a nossa indicação de que todos os pais façam a sua inscrição nesse cadastro. Não temos como atender essas crianças a não ser que elas ingressem nesse cadastro e sejam atendidas todas, todas, nas suas condições, como filhas de munícipes desta cidade. Então, com muita tranquilidade, eu digo a todas e todos vocês Deputados do nosso Estado do Paraná que estão aqui comigo hoje, todos que nos assistem, que o nosso cadastro *on-line* de intenção de vagas, das crianças de zero a três anos, da cidade de Curitiba é perfeitamente auditável. Nós temos convicção do trabalho que executamos, das pessoas que são responsáveis e que lá colocam o seu CPF cada vez que consultam algum tipo de situação, que abrem aquele cadastro para identificar algum tipo de situação que está acontecendo, mas que jamais se mexe em qualquer situação do cadastro que os pais realizaram. Quem mexe no cadastro é o próprio pai ou a mãe ou aquele que é responsável legal por esta criança, mas ninguém da Secretaria ou ninguém desta inteligência, o nosso ICI, que cuida do nosso cadastro, jamais favorecerá qualquer tipo de pedido para algum favorecimento dentro da cidade de Curitiba. É importante entender como essas crianças chegam nesse cadastro. E vocês podem, imagino, fazer uma pergunta: *Mas um pai analfabeto, uma mãe que não tem acesso a um smartphone.* É difícil hoje em dia, mas existem pessoas que não tem esse tipo de acesso. Todas elas são conduzidas a algum local da prefeitura, por exemplo, um núcleo regional, ou até mesmo em um dos nossos centros municipais de educação infantil, um dos nossos servidores fará o cadastro para essa família, mas nunca um de nós vai burlar esse tipo de sistema para que a

família seja favorecida. Eu penso que isso é extremamente importante dizer para vocês. E outro aspecto importante também é o da distribuição de vagas. Temos hoje cerca de 14 mil crianças que são atendidas pela rede contratada – das 56 mil crianças atendidas na educação infantil, 42 mil estão nos nossos próprios municipais, mas 14 mil são atendidas pela rede contratada. Quando iniciamos o nosso trabalho, não tínhamos esse tipo de controle sobre quais eram as crianças que iam para o atendimento na rede contratada. A rede contratada também fazia o seu processo no papel e não tínhamos a condição de dizer: *Esta criança faz parte da fila de crianças da cidade de Curitiba*. Então, hoje isso está resolvido, todas essas crianças fazem parte do cadastro *on-line* e essa vaga que a Prefeitura paga - uma vaga comprada pela Prefeitura de Curitiba -, é distribuída e é também monitorada pela Secretaria Municipal da Educação e temos a condição de identificar quais são essas crianças, sejam elas de um CMEI próprio nosso, sejam elas da rede contratada, que colabora enormemente com o nosso atendimento. É importante falar também desses números. Iniciamos o nosso atendimento com 42 mil crianças, fossem elas da rede contratada ou da rede própria, e hoje temos 56 mil crianças atendidas na cidade de Curitiba. Naquele início eram 7 mil vagas na rede contratada e as demais na rede própria, hoje temos 14 mil crianças na rede contratada e no total 56 mil crianças atendidas de 0 a 3 anos e, também, com a pré-escola, na educação infantil, na cidade de Curitiba. Precisamos aumentar? Não tenho dúvidas disso, mas temos um planejamento para trabalharmos com o orçamento que temos e com a possibilidade de expansão. Os terrenos que são da Prefeitura, os lugares onde identificamos que há uma maior demanda. Então, esse crescimento precisa ser também orgânico. Agora, a rede contratada colaborou e muito, saímos de 88 instituições contratadas e chegamos hoje a 158 - são 70 instituições que colaboram a mais conosco neste processo, também colaborando nesta mobilidade que temos de vagas dentro da cidade de Curitiba. E, também, com a entrega de 29 próprios municipais que atendem as crianças – 29 até agora, mas teremos no próximo mês mais quatro CMEIs que serão entregues. Então, penso que isso é importante trazer para os Deputados, para esta cidade que vocês também atendem, a Capital do Estado do Paraná, que procura fazer um

trabalho de excelência para as nossas crianças de 0 a 3 anos. Afinal, com diz o provérbio africano, é necessário uma aldeia inteira para educar uma criança. Então, vocês também fazer parte dessa aldeia inteira que colabora conosco na educação das nossas crianças aqui de Curitiba. E falando desta cidade que é educadora, quero aqui reiterar o convite do Prefeito Rafael Greca para que vocês estejam conosco no Congresso Mundial de Cidades Educadoras, que acontecerá de 21 a 24 de maio, aqui em Curitiba, no complexo do Parque Barigui, que reuniremos mais de 80 cidades do mundo inteiro, do grupo que faz parte das cidades educadoras, que ultrapassa 500, e mais aquelas que já estão inscritas com trabalhos aprovados e que estarão conosco colaborando, compartilhando experiências e também ganhando o Prêmio Mundial de Cidades Educadoras. Será uma honra recebê-los agora, em maio, nesse grande congresso para a cidade de Curitiba. Espero ter trazido os esclarecimentos necessários e me mantenho à disposição. Agradeço imensamente a oportunidade de trazer esta ação tão importante da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Muito obrigado, professora, Secretária Municipal de Educação de Curitiba, Professora Maria Sílvia Bacila, pela sua explanação, suas explicações. Aliás, da aplicação do princípio aristotélico nessa questão das vagas para as nossas crianças de 0 a 3 anos: aos desiguais um tratamento desigual na exata medida da sua desigualdade. Acho que é a essência da sua dinâmica de apresentação e de seleção. Parabéns! Vamos suspender a Sessão por alguns instantes, para que possam ser feitos registros fotográficos deste convite que foi formulado à professora, que foi feito pelo Deputado Hussein Bakri, Líder do Governo, e pela nossa 2.^a Secretária, Deputada Maria Victoria que, por uma razão muito pessoal, não pôde estar neste momento presente. E convidamos também os demais Parlamentares para a sessão de fotos. Então, **está suspensa a Sessão por alguns instantes**, para que os fotógrafos possam atuar.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.

Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito boa tarde, Sr. Presidente. Saudando a Mesa, estendo meus cumprimentos a todos os Deputados e aos cidadãos paranaenses que acompanham a nossa Sessão. Senhor Presidente, quero dividir o meu tempo hoje em dois momentos. O primeiro deles é o momento de celebração a uma entidade que há 20 anos luta pela preservação da costa paranaense, da biodiversidade do nosso Litoral, da luta importantíssima pelo o que diz no texto da Constituição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, um bem que deve ser preservado para as presentes e para as futuras gerações. Faço aqui, Sr. Presidente, uma menção honrosa à Associação MarBrasil pelos 20 anos de fundação e contribuição para a proteção, preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do ambiente costeiro marinho. Estamos aqui hoje com o Juliano Dobis, com o Rafael Metri e também com a Cassiana Metri, que estão aqui conosco, bem como a Sandra Guimarães, o Raphael Sobania e outros companheiros da luta ambiental aqui no Estado do Paraná. Importante, Sr. Presidente, fundado em 2004, com sede em Pontal do Paraná, no Litoral Sul do Brasil, aqui na nossa Pontal, a MarBrasil é uma Associação não-governamental, sem fins lucrativos, que trabalha para conservação de espécies ameaçadas, para pesquisa, criação e gestão de unidades de conservação marinhas e costeiras, para conservação da biodiversidade marinha de recursos pesqueiros, bem como para educação e conservação marinha e costeira e, também, pela pesquisa e inovação tecnológica para conservação. Então, Juliano, Rafael e Cassiana, meus parabéns por esses 20 anos de atuação. Logo vamos entregar essa Menção Honrosa em nome de todos os Deputados, em nome desta Casa Legislativa, pelo importantíssimo trabalho que vocês fazem. Contem sempre com a nossa Casa, com o nosso mandato, e que venham muitos anos a mais pela preservação do nosso Litoral, que muita gente fala que é um Litoral feio. As pessoas não conhecem a riqueza que é o Litoral do Paraná, com os nossos estuários, com as Baías de Guaratuba, de Paranaguá, de Antonina, de Laranjeiras e Pinheiros, com

uma riqueza imensa tanto na perspectiva da cultura do povo caiçara, quanto também na perspectiva da biodiversidade. Então, meus parabéns. Eu aproveito, Sr. Presidente, aqui, o segundo momento da minha fala, para agradecer, Deputado Hussein, Deputada Maria Victoria, pelo convite aceito pela Secretária de Educação da Prefeitura de Curitiba que acabou de falar aqui no Grande Expediente. Acho que de fato Curitiba tem muitas virtudes, Deputada Márcia, mas não podemos se fiar aos dados do passado. O que temos agora – e isso a Secretária não falou –, são 7 mil e 500 crianças sem vagas nas creches. Legal termos um cadastro *on-line* desde 2019, mas temos 7 mil e 500 crianças, 7 mil e 500 curitibinhas que não têm creche. Estamos falando de famílias, Deputada Luciana, que não conseguem se organizar para trabalhar, de mães e pais de família que não conseguem ter a devida organização, a devida tranquilidade para deixar as suas crianças em creches. E nós temos andado por toda Curitiba – no Sabará, no Tatuquara, no Sítio Cercado –, e os relatos são constantes em toda a cidade. E o que escutamos também? Às vezes consegue-se a vaga, mas uma família do Tatuquara consegue a vaga onde? Lá na Vila Fanny. Uma família do Sítio Cercado consegue a vaga no Tarumã. Então, Deputados e Deputadas, temos que avançar no processo *on-line*, temos que avançar, sim, para uma cidade realmente inteligente, mas temos que tratar de fato com a realidade concreta, e a realidade concreta é que, sim, existe uma crise na educação em Curitiba. Então, o primeiro passo para resolvermos uma crise é reconhecermos que essa crise existe, Deputados. Então, estamos falando de 7 mil e 500 crianças sem creches e isso deveria ser o objeto de todos os esforços: do Governo do Estado, da Prefeitura de Curitiba, para dar conta desse problema. Além disso, Sr.^s Deputados, desde 2019, quando houve a mudança para o sistema da forma de contratação, pela Prefeitura, tivemos 12 creches fechadas. Neste ano de 2024, a Creche Maria Cazetta, uma creche que funcionava há mais de 20 anos, uma referência, foi fechada também pela Prefeitura de Curitiba.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Goura, um minuto para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Nós fazemos assim um apelo para que a Prefeitura solucione esse problema, e a nossa Casa está à disposição para ajudar, assim como tenho certeza que o Governo do Estado está à disposição para ajudar. Não é problema de orçamento. O orçamento de Curitiba, o orçamento bilionário de Curitiba, o orçamento bilionário do Governo do Estado não pode ser impeditivo, Deputado Elton Welter, nosso Deputado Federal, a quem eu saúdo, para que 7 mil e 500 crianças fiquem sem creche, Deputada Cloara, na Capital de todos os paranaenses. Então, fazemos este apelo. Estamos encaminhando também um pedido de informações à Prefeitura de Curitiba sobre a gestão dos alunos nos CMEIs, nos CEIs e nas escolas de ensino fundamental e, também, de outros questionamentos que temos recebido de todos os pais e mães aqui de Curitiba. Queremos, sim, uma cidade educadora, uma cidade que trate com prioridade a primeira infância. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Deputado Federal Elton Welter, Deputado Estadual aqui na Casa por longo tempo. Seja bem-vindo ao nosso Parlamento. Também registro a presença e a visita na Casa dos alunos do terceiro ano do ensino médio do Colégio da Polícia Militar do Paraná, acompanhados pela professora Linete Firmo Rodrigues. Sejam bem-vindos aqui à nossa Casa. Próximo orador inscrito, Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Estendo os meus cumprimentos ao Líder do Governo, ao Líder da Oposição, aos caros Pares Deputados Estaduais, à imprensa que nos assiste e a você, cidadão de bem, cidadão honesto que nos assiste pela *TV Assembleia*. Cumprimento os alunos aqui presentes da escola cívico-militar. Meus parabéns, porque esse é o caminho, esse é o caminho da educação, esse é o caminho da organização. E, se me permitirem, quero tirar uma foto depois com vocês. Senhores, utilizo a palavra hoje por três motivos distintos. O primeiro, obviamente, não poderia deixar passar em branco, é o Clube Athletico Paranaense, bicampeão brasileiro. Aqui está a faixa. Desculpe, é bicampeão paranaense. Bicampeão

brasileiro já é uma previsão daquilo que está por vir, Deputada Márcia. E cumprimento então e parabenizo o nosso Presidente Mario Celso Petraglia, toda a diretoria, porque hoje, sem dúvida alguma, o Clube Athletico Paranaense é um dos maiores clubes do País. E isso gera tributos, impostos, taxas para o Estado. Todos nós ganhamos com o futebol promissor do Clube Athletico Paranaense. O segundo motivo que uso a palavra, Senhores, é extremamente preocupado com a liberdade de opinião que ocorre em nosso País. Todos estão acompanhando as discussões com o empresário estadunidense Elon Musk e o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Senhores, como já disse aqui ‘n’ vezes, o problema é de origem, de gênese. Por quê? Porque temos um inquérito ilegal: o inquérito das *fake news*. Esse inquérito já tramita, Sr. Líder do Governo, há cinco anos, quando um inquérito na prática, senhores, é dez dias com réu preso, 30 dias com réu solto. Isso em inquérito policial. E lá é um inquérito judicial, Deputada Márcia. Inquérito judicial nunca é bem-visto em um Estado Democrático de Direito. Por quê? Porque a função de um juiz é julgar, não investigar, não apurar fatos. O juiz tem que estar equidistante das provas e, sentado em uma mesa, decidir de acordo com as regras do ordenamento jurídico. E esse inquérito ilegal se iniciou a pedido do Ministro Dias Toffoli, que, sem ter feito a distribuição, determinou discricionariamente que o Ministro Alexandre de Moraes assumisse a presidência desse inquérito. Independentemente então do que já passou, pedimos que esse inquérito seja exaurido, seja encerrado, porque não é possível que dependamos de um empresário conhecido mundialmente para trazer a realidade do controle ilícito de informação no Brasil. Nós já temos no ordenamento jurídico um conjunto de regras que funcionam através da justiça de primeiro grau. Ora, temos um delegado natural, um juiz natural, um promotor natural. Quem se sentir preterido por calúnia, injúria e difamação, vá a uma delegacia, faça o boletim de ocorrência. Quem quiser tirar uma rede do ar, que procure um juiz de primeiro grau e demonstre ali a situação fática, só que haverá contraditório e ampla defesa. Então, esse inquérito ilegal tem que encerrar e precisamos viver a normalidade no estado brasileiro. Fica aqui então o meu repúdio ao inquérito das *fake news*, denominado pelo Ex-Ministro Marco Aurélio de “*inquérito do fim do mundo*”. Utilizo também a

palavra, Senhores, neste tempo que me resta, extremamente preocupado com a cidade de Campo Magro. Fui delegado de Campo Magro, de Almirante Tamandaré e tomei ciência de que existe lá um assentamento, uma invasão, chamada invasão Nova Esperança. Nessa invasão, Deputado Hussein Bakri, o senhor conhece bem Campo Magro, mais ou menos 5 mil pessoas estão ali alojadas e esses invasores criaram, pelo o que tudo indica, pelas informações que tenho, um Estado paralelo. Por quê? Porque fizeram uma barricada de pneus, impedindo a entrada da polícia. Senhores, a polícia tem acesso a qualquer local, desde que não seja privado. As ruas são públicas e a polícia é muito bem vista. Aliás, onde ando, Sr. Líder Governo, as pessoas me pedem mais policiais, mais policiais civis, mais policiais militares. Quem não gosta de polícia é porque é bandido. Tanto que nosso Governador do Estado tem investido maciçamente na Polícia Civil, tem investido maciçamente na Polícia Militar. Aqui nesta Assembleia aprovamos agora, há pouco tempo, o aumento do efetivo da Polícia Militar em 273 Policiais Militares. O senhor sabe, Sr. Líder Governo, tenho muitos pedidos em redes sociais de pessoas que querem esses policiais. Querem no Parolin... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Delegado Tito, V.Ex.^a passa a usar o horário do União Brasil.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Perfeito. As pessoas me pedem os policiais. Só que nessa invasão as pessoas não querem os policiais. Então, algo anormal ali acontece e que precisamos verificar. Pelo o que me foi dito, e conversei com o advogado Jeffrey Chiquini, existe um cargo comissionado do Sr. Renato Freitas que é o líder desse agrupamento. Não quero ser leviano. Obviamente o Sr. Renato Freitas nomeia quem ele quiser, como ele quiser, porque são cargos políticos. Se ele compreende que alguém com uma ideologia de invasão merece o cargo comissionado é uma questão pessoal dele, é um direito dele. Agora, a polícia não ter acesso ao local e depender de autorização dos líderes, isso não encontra respaldo no ordenamento jurídico. E olha, Senhores, que sou bastante benevolente nesse sentido, aceito até a argumentação de que o direito é uma ciência do dever ser, e que existe a interpretação quanto ao sujeito, quanto ao modo, quanto ao resultado e que possamos fazer uma interpretação

gramatical, teleológica, lógica, histórica, até de direito comparado. Diga-me um país no mundo que as áreas públicas precisam de permissão de um particular. Isso não existe. Nem em interpretação restritiva, extensiva ou declarativa, ou seja, não conheço, nas milhares de leis no nosso País, qualquer possibilidade jurídica. Gostaria até que o Deputado Renato Freitas me explicasse, porque estou disposto, como professor de Direito Penal, a aprender, mas não encontro nada nesse sentido. Então, o que precisamos, Sr. Líder do Governo, é restabelecer a legalidade, porque muitas pessoas estão me pedindo apoio lá em Campo Magro. Sei que o senhor é um líder representante de Campo Magro também, fizemos uma boa votação lá. E a sociedade clama o quê? Por polícia. Clama por segurança pública. Então, esse assentamento é uma situação bastante esdrúxula. É uma invasão de uma área de 42 alqueires, se não me engano, ou hectares, que pertencia à FAS - Fundação de Assistência Social. Então, infelizmente, essas pessoas tomaram conta desse assentamento e estão lá com uma barricada. Fui até a frente desse assentamento e lá se encontram pneus, lá tem pessoas com uma corda ou uma corrente ali, não me recordo direito, controlando a entrada. Ora, Senhores, isso somente em ditaduras. Então, vamos restabelecer a legalidade. Para quê? Para que a população de Campo Magro tenha segurança. E conheço muito bem aquela realidade. É uma cidade promissora, Campo Magro, mais ou menos 30 mil habitantes, uma segurança pública um pouco diferenciada por causa da questão de densidade demográfica. Para vocês terem uma ideia, Curitiba tem mais ou menos 4 mil pessoas por quilômetro quadrado, lá tem 109. É muito diferente a realidade de Campo Magro. Mas são pessoas trabalhadoras, pessoas honestas que querem a polícia. Somente nesse assentamento, pelo o que tudo indica, não se quer a polícia. E é onde foi encontrado o corpo do soldado Fadel, com sinais de tortura e feridas perfuro-contusas. Então, vamos restabelecer a legalidade. Queremos que a polícia tenha aceso de forma irrestrita e que aquela barricada ilegal que eu verifiquei na sexta-feira seja tirada da rua, porque aquilo, desculpem-me, parece um local de milícia. Agradeço, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Deputado Goura (PDT): Deputado Tito, posso pedir um aparte?

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Pode sim, sem dúvida alguma.

Deputado Goura (PDT): Obrigado, Deputado. Agradeço ao senhor por ter trazido o tema. Também conheço muito bem ali a região e, nesses últimos dias, estou em contato direto com o Comandante Jefferson. Mais uma vez, também reforçando aqui os nossos sentimentos aos familiares do Deputado Fadel, do Soldado Gabriel Fadel. Falei isso em Plenário. E queremos que os criminosos, os responsáveis por esse bárbaro crime paguem pelo seu crime na justiça. É isso que todos queremos. Mas, lembrando que a situação da ocupação da Comunidade Nova Esperança é reflexo da falta de uma política de moradia incisiva, forte em Curitiba e Região Metropolitana. Temos um déficit enorme para políticas habitacionais. Então, a comunidade que está lá tem sido acompanhada tanto pela Defensoria Pública quanto pelo Ministério Público. E, dentre as 5 mil pessoas que moram lá, os integrantes da comunidade, a imensa maioria eu diria, sem sombra de dúvida, são trabalhadoras, trabalhadores. Assim como em todos os bairros da nossa cidade, infelizmente, vamos ter maus elementos, elementos que também vão para o mundo do crime. Então, só para reforçar aqui que queremos, sim, a legalidade. Como o senhor bem colocou, não existe espaço privado ou público onde a lei deixe de existir. A lei vigora em todo o território brasileiro. Então, nós aqui nos somamos aos esforços da Polícia Militar para busca e prisão dos responsáveis por esse bárbaro crime, mas reforço que precisamos de políticas habitacionais de fato inclusivas para Campo Magro, para toda a Região Metropolitana de Curitiba e para a nossa Capital igualmente. Obrigado pelo aparte, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Agradeço as colocações do Deputado Goura, que é um Deputado que respeito muito. Apesar de termos pontos de vista ideológicos antagônicos, temos bom senso e acreditamos no ordenamento jurídico. No entanto, como disse, peço, então, o retorno da legalidade, para que essas áreas públicas dentro do assentamento tenham livre acesso da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Guarda Municipal, se for o caso. Para que? Para que a ordem, para que o conjunto de normas vigentes em nossa sociedade vigore de forma indiscutível. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Liderança do PT, Deputado Professor Lemos. Antes da fala do Lemos, anuncio a chegada de dois Projetos de Leis de iniciativa do Governo. Mensagem n.º 23/2024, encaminhando Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 201/2024)** que altera a Lei n.º 12.212, de 29 de junho de 2001, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicação. Esse projeto, pela justificativa, é importante que todos saibam, visa buscar e evitar o encerramento da produção de leite e queijo em milhares de unidades produtivas paranaenses. É a questão da importação do leite em pó. O Governo está tomando medidas em relação a isso. O Outro Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 202/2024)** altera a Lei n.º 18.292, de 4 de novembro de 2014, que dispõe sobre o estabelecimento de mecanismo para incremento da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das autarquias e das fundações públicas. Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentá-los, ao tempo em que cumprimento todas as pessoas que hoje nos acompanham a distância pela TV, pelas demais redes sociais da Assembleia. Quero também cumprimentar os estudantes, professores que aqui comparecem à Assembleia Legislativa. Sejam sempre bem-vindos. E cumprimentar todos e todas que nos honram com suas presenças aqui na Assembleia na tarde desta segunda-feira. Esse projeto que o Governador acabou de encaminhar para a Assembleia tratando de estimular os produtores de leite no Paraná é muito, muito importante. A exemplo de Minas Gerais, podemos fazer aqui também no Paraná somando-se com as já ações do Governo Federal. Isso também pode chegar nos municípios. Prefeitos, Prefeitas podem também apresentar projetos e aprovar como leis nos seus municípios, dando incentivo para empresas que só comprem leite e derivados do leite aqui do Brasil. Não importam absolutamente nada. Acompanhei esse debate em Minas Gerais. Pude, inclusive, mandar no *WhatsApp* do Secretário Ortigara e ele, rapidamente, disse que também já tinha montado um grupo de estudo no Paraná, para fazer chegar ao

Governador um projeto que pudesse contribuir para proteger a bacia leiteira do Paraná. Então, quero cumprimentar por esse projeto, dizer que é importantíssimo e que aprovemos o mais rápido possível um projeto como esse, porque ele é relevante, é importante para o Paraná. Quero também falar da importância dos servidores e servidoras do Estado do Paraná, que estão mobilizados, e que na semana passada compareceram aqui a esta Assembleia, na terça-feira passada. Tivemos uma audiência pública com a participação de vários Deputados e Deputadas, que ajudaram na organização desta audiência pública. Entre os deputados que contribuíram na organização estão aqui os Deputados Turini, Evandro Araújo, Luciana Rafagnin, Arilson Chiorato, Requião Filho, Ana Júlia, Doutor Antenor, Renato Freitas, Goura. Então, foram vários Deputados e Deputadas que participaram na organização da audiência pública, e nós ouvimos as lideranças que vieram de todo o estado, de todas as regiões, representando todas as categorias de servidores do Poder Executivo. Foi um debate muito bom. Compareceu, também, o assessor técnico, que é o Cid Cordeiro, um economista muito respeitado, que trouxe os números mostrando que a pauta apresentada pelos servidores do Estado do Paraná é compatível com o orçamento do Estado, inclusive demonstrando que tem margem fiscal e tem margem financeira para atender as demandas apresentadas pelos servidores. E as demandas apresentadas são várias. Por exemplo, a reposição salarial. Todo ano, o empregador precisa corrigir o salário dos trabalhadores repondo a inflação do ano, para manter o poder de compra dos trabalhadores. Isso vale para todos os trabalhadores brasileiros. Vale também para os trabalhadores do serviço público – tanto os da ativa quanto aqueles que já se aposentaram precisam da correção salarial, para no mínimo manterem o poder de comprar. Do contrário, o salário compra menos a cada ano porque a inflação corrói o poder de compra dos salários. Então, isso está na Constituição, está lá no art. 37 da Constituição Federal. É preciso que o Governador mande para a Assembleia, o quanto antes, o projeto para repor a inflação do salário de todos os servidores. Isso vale para os servidores civis e o pessoal militar, da ativa, da reserva. No caso dos servidores civis, dos aposentados e do pessoal da ativa. Precisa fazer chegar aqui. Por quê?

Primeiro de maio está perto, não tem mais nem 30 dias, é a data-base. Temos uma Lei que conquistamos em 2003, esta Lei precisa ser respeitada, ela que regulamenta a Constituição Federal tratando da data-base dos servidores do Estado do Paraná. Então, é preciso que o Governador mande o quanto antes para esta Casa o projeto para repor a inflação no salário dos servidores. Mas, não é apenas esta reivindicação dos servidores, tem readequação nas carreiras. Temos carreira de servidor que ficou muito aquém de outras carreiras que tinham salários iguais, que agora ficou diferente, ficou menor, muito menor. É preciso fazer justiça corrigindo as injustiças dos planos de carreiras que foram alterados ao longo do ano passado. E aí entra os agentes da educação 1 e 2. Precisamos corrigir porque tem distorção naquela tabela. Mas, também, o agente de apoio que está presente em todas as categorias do serviço público, foram muito injustiçados. Precisa de correção naquela tabela salarial dos servidores agentes de apoio de todas as categorias do serviço público. Mas, também, os aposentados e aposentadas precisam ser isentos do pagamento de previdência até o teto do INSS, que hoje passa de R\$ 7.800,00. Só deveríamos pagar previdência quando aposentados do salário que exceder o valor do teto, mas aqui no Paraná quantos servidores aposentados estão sendo prejudicados, estão pagando do salário que está abaixo do teto. Isso não acontece mais no Estado de São Paulo, nem em Alagoas, nem em vários estados do Brasil, porque lá perceberam que tinham cometido um brutal equívoco na reforma da previdência, em 2019. E já corrigiram desde o ano passado os aposentados, os servidores públicos aposentados. Em São Paulo, por exemplo, Deputada Luciana Rafagnin, não pagam mais previdência até o teto do INSS. E foi uma deputada, que é uma professora, a Bebel, que apresentou. Os outros 93 deputados assinaram junto com ela que é servidora do estado, aprovaram uma lei e o Governador sancionou a lei e aplicou. Nós também aqui apresentamos um projeto, tem oito assinaturas: tem a minha, tem a da Deputada Luciana, do Deputado Requião Filho, da Deputada Ana Júlia, do Deputado Arilson, do Deputado Doutor Antenor, do Deputado Renato, do Deputado Goura. Tem oito assinaturas. Precisamos de mais assinaturas. Queremos que os 54 Parlamentares desta Casa também subscrevam esse projeto, fazendo justiça aos nossos

aposentados e aposentadas do Estado, assim como a Assembleia Legislativa inteira de São Paulo fez, os 94 Deputados de São Paulo. Então, está aí o projeto no sistema... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Nós queremos acolher a assinatura de todos os Deputados e Deputadas aqui, aprovar neste Plenário e que o Governador Ratinho sancione e tire essa cobrança de previdência dos aposentados até o teto do INSS, porque isso é fazer justiça com aqueles que deram toda sua vida laboral a favor do Estado do Paraná. Então, fica aqui, mais uma vez, esta nossa solicitação de apoio a esse projeto tão importante para os servidores públicos que já serviram o Estado por muitos anos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Gugu Bueno.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Presidente, minha saudação a V.Ex.^a, ao nosso 1.º Secretário Alexandre Curi, ao nosso Líder do Governo, meu amigo, meu irmão Deputado Hussein Bakri, a todos os nossos Deputados e Deputadas, e a todos que acompanham a Sessão pela *TV Assembleia*. Uso deste horário, Presidente, para falar de uma reunião muito importante que teremos amanhã, às 9 horas da manhã, na Comissão de Obras e Transportes, Deputado Romanelli. Estaremos lá recebendo os representantes, os diretores das duas empresas concessionárias do pedágio no Paraná. Uma reunião que não é uma reunião política, é uma reunião de trabalho da Comissão de Obras com as respectivas empresas. Vamos discutir esse momento de implantação do pedágio no Paraná. Tivemos alguns graves problemas, mas mais importante do que isso, vamos discutir o futuro do pedágio no Paraná, vamos discutir o cronograma de obras previsto nesses contratos, até porque sempre foi falado que a palavra-chave dessas novas concessões eram as obras estruturantes, tão necessárias para o desenvolvimento do Estado do Paraná. Temos a previsão de duplicação de milhares de quilômetros, por exemplo, das nossas rodovias e dessas obras não podemos abrir mão. Justamente para que não aconteça o que aconteceu no

passado triste do Estado do Paraná, onde na antiga concessão havia a previsão de muitas e muitas obras que simplesmente não foram realizadas, é que a Comissão de Obras tomou essa iniciativa. Convocamos os diretores das empresas, que estarão aqui presentes. Vamos pedir que eles nos repassem o cronograma de obras, para que nós, membros da Comissão de Obras e todos os Deputados desta Casa tenhamos condições de fazer o acompanhamento da execução dessas obras, mas, também, da qualidade dessas obras. Por isso, Sr. Presidente e 1.º Secretário, nós da comissão fizemos um Requerimento à Mesa Executiva, para que a Mesa possa contratar uma consultoria especializada para dar suporte à Comissão de Obras, para que tenhamos todas as condições de acompanhar a execução dessas obras previstas nos contratos do Estado do Paraná. Damos *start* a esse trabalho a partir de amanhã nessa reunião, às 9 horas da manhã, lá na sala onde acontece a reunião da CCJ. Todos os Deputados, Deputado Romanelli, estão devidamente convidados para participarem dessa reunião. Não será no formato de uma audiência pública e, sim, de uma reunião de trabalho da Comissão de Obras, mas tenho certeza que teremos debates firmes e transparentes, buscando acima de tudo que possamos ter um acompanhamento muito próximo e transparente da execução desses contratos, porque, como eu disse antes, não podemos correr o risco de termos aqui no Paraná, no amanhã, o que aconteceu no passado, onde tínhamos a previsão de muitas e muitas obras que simplesmente não foram executadas. Então, o nosso horário é nesse sentido, Sr. Presidente. Convidar todos os Deputados para que possam acompanhar essa reunião de amanhã, às 9 horas da manhã, na Comissão de Obras, com os Diretores das duas Empresas Concessionárias do Pedágio aqui no Estado do Paraná. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia* e demais mídias. O Brasil passando aí cada dia uma novidade. Uma novidade estranha para um país que se diz que tem um regime democrático. Um país que

não respeita mais os direitos de cada cidadão, que não se respeita a Constituição Federal. Inventaram crime de opinião, que não é crime no Brasil. Tudo isso dirigido por uma pessoa, o Ministro Alexandre de Moraes, que é o que domina o tal “*inquérito do fim do mundo*”. O inquérito que não vai a lugar nenhum, mas não termina nunca também. Tivemos agora o empresário dono do *Twitter*, Elon Musk, que fez um comentário em um comentário do Alexandre de Moraes elogiando o Lewandowski pelo cargo que assumiu. A pergunta foi: *Por que o senhor faz tanta censura no Brasil?* Pronto! Foi um crime que ele cometeu. Como que um empresário, um dos caras mais ricos do mundo se atreve a fazer um comentário em quem se acha o imperador, em quem se acha Deus, em quem acha que está acima da lei? Também fez outro comentário, o Elon Musk, que “Xandão” traiu o Brasil, cometeu crime e tem que pedir para sair ou sofrer o *impeachment*. Pronto! Aí Alexandre de Moraes, o grande, o que ele faz? Ele incluiu o Elon Musk entre os investigados do “*inquérito do fim do mundo*”. Olha, “Xandão”, acho que o Elon Musk está dando cambalhota de dar risada, porque é uma piada. O senhor já virou uma piada mundial! Com essa loucura de achar que é dono do mundo, virou uma piada nacional. Os *blogs* infames de Esquerda dizem assim: *Em breve, Alexandre de Moraes vai pedir ao FBI e à Polícia Americana, à Justiça Americana que façam busca e apreensão na casa do Elon Musk*. Que barbaridade, gente! A que ponto chega a insanidade dessa turma. Outro dia, no aeroporto de Portugal, um brasileiro se atreveu a dizer algumas verdades, não foi ofensivo, não, disse algumas verdades ao Ministro Gilmar Mendes. Sabe o que aconteceu? O Ministro ordenou agora que a Polícia Federal investigue o brasileiro que se atreveu a fazer um comentário sobre ele. A que ponto estamos chegando? Quer dizer que o que está na lei, que ninguém está acima da lei, a Suprema Corte se colocou acima da lei, e ela usa uma estrutura cara e importante, que é a Polícia Federal, para investigar todo mundo que se atreve a falar algo do Supremo Tribunal Federal? Não é nem do Supremo, falou de um Ministro do Supremo! Que barbaridade! A que papel se presta a Polícia Federal hoje em dia, não toda. Não toda, óbvio, toda a Polícia Federal; uma parte, uma parte que é submissa ao “Xandão” e aos assecclas do Supremo Tribunal Federal. Que vergonha, que palhaçada que virou

isso no Brasil! Inventam crime de opinião, inventam censura. Agora ele está nervosinho porque o Elon Musk vai mostrar todo mundo aqui que foi bloqueado durante a campanha eleitoral, que é algo gravíssimo. Isso mostra que o Tribunal Superior Eleitoral, em nome do “Xandão”, interferiu e muito nas últimas eleições, de 2022. Quem cometeu crime foi ele, o “Xandão”, não o Elon Musk. E ele foi ameaçado que vão tirá-lo aqui do Brasil. Ele falou que está pouco se importando, que, ao invés do dinheiro, defender os valores é mais importante. Que bom seria ter ouvido isso do lado de cá da Suprema Corte, que os valores são mais importantes, mas eles não têm mais valores! Eles não têm valores, eles têm interesses mais importantes. Temos hoje uma Suprema Corte e um Tribunal Superior Eleitoral totalmente partidário. A Esquerda é o consórcio do mal: Lula, “Xandão” e “Globo Lixo”. Isso é o que está imperando no Brasil. A “Globo Lixo” já se manifestou, óbvio. Ela falou lá: *Como pode os ataques de Elon Musk ao Ministro Alexandre de Moraes?* Ataque? Que ataque que ele fez, gente? Ele fez um comentário em uma pergunta e disse que ele, como dono do *Twitter*, vai mostrar tudo o que foi feito de censura durante o pleito eleitoral de 2022 e vai escancarar o que todo brasileiro já sabe, que essas eleições foram manipuladas, foram partidárias ao ex-presidiário Lula. Está na cara! Cada dia mais evidente o que acontece. Hoje o Presidente Bolsonaro chegou em Cuiabá. Vejam lá a multidão que está, milhares e milhares de pessoas. O Lula foi para Recife. Quem tinha lá? Ninguém! Quer dizer, o vencedor da eleição, que é o sujeito que mais eleitores tem, ao mesmo tempo é quem menos povo tem, porque tem eleitor e não tem povo. Quem explica isso? Alguém poderia explicar isso? O Brasil está vendo: Bolsonaro vai para o Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, multidão em volta dele; Lula vai para qualquer lugar, ou é xingado de ladrão, isso quando tem gente, ou quando tem *meia dúzia de gato pingado* que o PT contrata para estar lá para bater palmas para ele. Que vergonha, gente! Olha onde chegou o nosso Brasil! É destruição moral, ética, econômica. É isso que é o Brasil de Lula, é o Brasil do PT. Isso que temos apenas um ano e pouco de Governo, já com rombos bilionários nas contas públicas, bilionários, só em fevereiro 54 bi de rombo e ninguém fala nada, está todo mundo quietinho. O Ministério do Trabalho diz que nunca houve

tantos pedidos de seguro-desemprego. Ninguém fala nada, a petezada calada, os defensores do PT não se manifestam, dizem que o Brasil está muito melhor agora. Melhor como? Mais bandidagem, aumento de criminalidade, aumento de feminicídio, aumento de roubalheira, destruição das contas públicas, as estatais indo para o buraco, Petrobras indo para o buraco. E a Miriam Leitão diz que está tudo bem, obrigado, Lula é o cara. É o cara realmente, o cara mais ordinário, indecente, irresponsável que o Brasil já teve. É o cara que nunca deveria ter saído da cadeia. Essa culpa eu não carrego, porque não votei em ladrão, e a grande maioria dos brasileiros não carrega essa culpa. Gostaria de ver quem defende o Lula, venha na tribuna, defenda o Lula nesta tribuna, defenda este Governo que está destruindo o Brasil se tiver coragem ou vergonha na cara de defender, mas não têm. E quando vão naquela tribuna, disparam mentiras à vontade sobre o pai Lula, o pai Lula, o pai da vergonha, o pai da imoralidade. O cara que não defende... Fala aí: o genocida agora da dengue. Milhões de brasileiros pegando dengue, milhares já morreram, e está lá a Ministra inútil da Saúde, que nada faz. Não gastam em propaganda para combater a dengue. O Governo Bolsonaro gastou muito mais, mas não gastam, não estão preocupados. Agora a morte, ou melhor, a vida não importa mais, porque já ganharam a eleição. Está bom, gente, está aí. A cada dia estaremos aqui mostrando a verdade, a verdade do novo Brasil. Em breve teremos notícias importantes referentes ao Paraná. Aguardem! Quem sabe amanhã ou a semana que vem, temos uma bomba para dizer aqui, que tem Deputado desta Casa aqui envolvido e a verdade será escancarada nesta tribuna. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, não queremos muito discurso hoje, eu e o Deputado Requião. Só quero - claro que é uma brincadeira -, quero saudar os colegas aqui e dizer que hoje, vou falar daqui rápido, a Comissão instalou, através do Deputado Lemos, desculpa, Paulo Gomes, a Comissão que vai trabalhar a questão do consumidor. Estivemos lá, eu e o Deputado Nelson Justus, Presidente da Comissão, eu como Relator, fazem parte também o

Deputado Arilson e o Deputado Anibelli. Quero também manifestar aqui a minha satisfação, Presidente, em relação a esse projeto da bacia do leite. É um projeto fantástico, vem ao encontro do momento difícil que os nossos produtores rurais estão vivendo. E quero também aqui citar e parabenizar os professores universitários, os reitores, os alunos, mas principalmente o Secretário Aldo Bona. O Paraná teve as sete universidades estaduais no topo da recente avaliação do MEC. Nossas universidades obtiveram um conceito 4 e 5, a maior pontuação na avaliação. O primeiro lugar entre as sete universidades estaduais ficou com a Unioeste, que recebeu a nota 5, as outras receberam nota 4. Paraná, o Estado que mais investe em ensino superior. Muito obrigado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, apenas para registrar aqui desta tribuna a conquista do bicampeonato do nosso Clube Athletico Paranaense, que mais uma vez... Por favor, continue tocando o hino. Nada como o hino do nosso bicampeão Clube Athletico Paranaense. Para nós é uma grande honra ter esse time que está dando só alegria, bicampeonato no centenário. E nós teremos um grande ano. Então, quero celebrar a nossa equipe na figura emblemática do nosso jogador camisa 92, o Pablo, que é motivo de orgulho para todos nós. Ele que é paranaense, filho do nosso Cícero, e que foi responsável por fazer gols importantes nessa reta final, quando jogamos com um time que temos que valorizar, que é o Maringá. Há que se reconhecer que o Maringá é um time que valorizou o nosso campeonato, um time que jogou com garra, com determinação, mas o nosso Furacão, muito bem dirigido pelo técnico Cuca e sob a grande liderança de Mário Celso Petraglia, esse Athletico este ano nos dará grandes alegrias, e estamos celebrando o centenário. Viva o Furacão!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião, V.Ex.^a declina?

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Lamentamos a ausência do Deputado Anibelli neste momento.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, declino, mas gostaria apenas de lembrar aos colegas que hoje é o último dia para quem vai fazer 16 anos antes de outubro e tem até 18 anos, de fazer o título de eleitor pela Internet. Quem puder acessar o site aí do TRE e do TSE, a juventude de 16 a 18 anos, hoje é o último dia para fazer o título de eleitor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Boa informação. Nós queremos cumprimentar a Deputada Marli Paulino pelo aniversário no dia de ontem. Parabéns! Felicidades! O Marcio Pacheco, que foi no sábado também. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Arilson Chiorato (PT), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD) e Thiago Buhner (UNIÃO) (44 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Batatinha (MDB), conforme art. 97 § VI do Regimento Interno; Delegado Jacovós (PL),

conforme art. 104 inciso I do Regimento Interno; Ney Leprevost (UNIÃO), conforme art. 168 inciso III e IV do Regimento Interno; Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), conforme art. 168 inciso IV do Regimento Interno e Anibelli Neto (MDB), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno (**5 Parlamentares**). **Deputados ausentes sem justificativa:** Artagão Junior (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Moacyr Fadel (PSD), Renato Freitas (PT) e Tiago Amaral (PSD) (**5 Parlamentares**).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 191/2024**, da Deputada Marli Paulino, que institui a Campanha Permanente de Conscientização e Prevenção da Seps Neonatal no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 192/2024**, do Deputado Arilson Chiorato, que concede o título de utilidade pública à Associação Download, com sede no município de Apucarana; **Autuado sob o n.º 193/2024**, da Deputada Cantora Mara Lima, que garante prioridade de atendimento médico-hospitalar às mulheres vítimas de violência; **Autuado sob o n.º 194/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que determina a concessão de descontos promocionais para crianças em restaurantes ou estabelecimentos congêneres que servem refeições na modalidade “rodízio” e “buffet livre”, conforme especifica, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 195/2024**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública à Associação de Defesa dos Animais de São João – SOS Animais, com sede no município de São João; **Autuado sob o n.º 196/2024**, da Deputada Maria Victória, que dispõe sobre acessibilidade para pessoas que utilizam aparelhos de audição em espetáculos teatrais, musicais e shows; **Autuado sob o n.º 197/2024**, do Deputado Marcel Micheletto, que concede o título de Capital do Arrancadão de Tratores ao município de Maripá; **Autuado sob o n.º 198/2024**, do Deputado Samuel Dantas, que dispõe sobre a criação do Dia Estadual dos Policiais Veteranos das Forças de Segurança Pública no Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 199/2024**, do Deputado Anibelli Neto, que institui a Semana Estadual de Mobilização e Incentivo a Frequência e Combate a Evasão Escolar no Estado do Paraná.

Projeto de Decreto Legislativo: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 3/2024**, da Comissão Executiva, que homologa os Decretos do Poder Executivo n.ºs 5.317, 5.318 e 5.319, que alteram o regulamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos cinco Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 - Redação Final do Projeto de Lei n.º 757/2017, de autoria da Deputada Maria Victória, Deputado Ademar Traiano, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Gilson de Souza, que institui no Estado do Paraná o Prêmio de Direitos Humanos Engenheira Enedina Alves Marques.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 128/2022, de autoria dos Deputados Tercílio Turini e Michele Caputo, que altera a Lei n.º 12.857, de 1.º de fevereiro de 2000, que proíbe a prática do trote em alunos das instituições da rede pública de ensino de 1.º e 2.º graus e de ensino superior mantidas pelo Estado do Paraná.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 456/2023, de autoria dos Deputados Goura e Hussein Bakri, que acresce dispositivos à Lei n.º 19.421, de 6 de março de 2018, que institui a Rota Turística do Rio Iguaçu no Estado do Paraná.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 1035/2023, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que institui a meia-entrada para eleitores nomeados como mesários ou para prestar apoio logístico nas eleições gerais ou municipais, plebiscitos e referendos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos e dá outras providências.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 85/2024, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que altera a Lei n.º 19.575, de 2 de julho de 2018, que concede

o título de Utilidade Pública à Associação Ajude Focinhos em Curitiba, com sede no município de Curitiba.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 6 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 710/2023, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Professor Lemos, Anibelli Neto, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Ney Leprevost, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, Ademar Traiano, Tercílio Turini, Marcio Pacheco, Tiago Amaral, Requião Filho, Maria Victoria, Cristina Silvestri, Luis Raimundo Corti, Arilson Chiorato, Delegado Jacovós, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Gugu Bueno, Bazana, Adão Litro, Alisson Wandscheer, Cloara Pinheiro, Denian Couto, Flávia Francischini, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Delegado Tito Barichello, Soldado Adriano José, Alexandre Amaro, Goura, Matheus Vermelho, Paulo Gomes, Ana Júlia, Thiago Buhner, Moacyr Fadel, Batatinha, Fabio Oliveira, Cobra Repórter, Evandro Araújo e Dr. Antenor, que institui o Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Parecer favorável da Comissão Especial na forma do substitutivo geral. Subemendas com parecer favorável da Comissão Especial na forma da subemenda substitutiva geral. Vamos submeter neste turno a Subemenda Substitutiva aprovada em 2.^a Discussão. É o Projeto que trata da Comissão Especial em relação à pessoa com o transtorno do espectro autista. Em discussão. Terceira discussão.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito que o voto é “*sim*”.

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): Senhor Presidente, só para reforçar aos Sr.^s Deputados e Deputadas que hoje vamos fazer a Sessão de entrega do título ao empresário Sr. Arnoldo Hammerschmidt, da Lapa. Então, convidar os Deputados que, a partir das 18 horas, se puderem estar presentes no Plenário da Assembleia

Legislativo. Um grande empresário do Estado do Paraná, um dos maiores produtores de biodiesel do mundo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos votar. Deputado Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson, Luís Corti, Gilson de Souza, Goura, Nelson Justus e Paulo Gomes. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (39 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Fabio Oliveira, Goura, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (15 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda Substitutiva.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 857/2023, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, Deputada Marcia Huçulak e Deputado Tercílio Turini, que institui a primeira semana de agosto como Semana de Enfrentamento e Conscientização à DPOC, Asma e Tabagismo no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Vamos submeter ao voto o Projeto em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Maria Victoria e Matheus Vermelho, os votos. Deputado Matheus, o seu voto ainda não...

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Não consigo, Presidente. Meu voto é “sim”. Obrigado. Não estou conseguindo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Goura, Luiz Fernando Guerra, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 857/2023. Quarenta e um votos, com o voto do Deputado Matheus. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 8 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 921/2023, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia da Comunidade Nordestina. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como vota o Deputado Adriano? Deputado Adriano, Deputado Do Carmo, Marcel Micheletto,...

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): ... Professor Lemos. Votação encerrada, Sr.ªs Deputados: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin,*

*Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (39 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Goura, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas e Tiago Amaral (15 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 921/2023.**

Os Itens 9 a 13 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 254/2023, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que denomina Rodovia Aristides de Caires a PR-536, no trecho que liga os municípios de Prado Ferreira e Cambé. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 267/2023, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que denomina Mitsuro Tomokuni o contorno norte do município de Astorga. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 894/2023, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que denomina José Carlos Schiavinato o trevo da PR-317 com a PR-218, no município de Iguaçu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 936/2023, de autoria da Deputada Flávia Francischini, que denomina Rodovia Benelí Terezinha Bueno Kasmiroski a PR-804, que liga a BR-277 à PR-408 (entroncamento na localidade passa sete), no município de Morretes. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 937/2023, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que denomina “Ademir Mulon” a Rodovia PR-464, do Km 0, marco inicial no trevo de Cruzeiro do Sul, até o Km 50,340m, onde termina a rodovia

PR-340, trevo para o município de Itaguajé. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Da minha parte pode ser simbólico, Presidente. Não sei quanto à Oposição!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação simbólica.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Requião, pode ser simbólico? Pode.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 1052/2023, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que concede o título de Capital Estadual do Maracujá ao município de Morretes e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Delegado Tito, por favor, seu voto. Do Carmo, Evandro Araújo e Gilson de Souza. Votação...

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, aqui não está votando. Pedi ajuda aqui da assessoria técnica.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Evandro?

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Isso. Registro o voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:

[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos,

Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Goura, Luiz Fernando Guerra, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas e Tiago Amaral (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 1052/2023. Quarenta e um votos, com o voto do Deputado Evandro Araújo. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 15 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 27/2024, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, Deputada Maria Victoria e Deputado Tiago Amaral, que institui no âmbito do Estado do Paraná o ano do centenário da imigração, colonização e desenvolvimento britânico no norte paranaense e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, falta a assinatura, data vênua, para corrigir, do Deputado Tercilio Turini também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Deputado Tercilio Turini...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): E só lembrando que amanhã, às 10 horas, no Espaço Cultural, teremos aí a presença do Cônsul britânico para o início da exposição dos 100 anos da colonização, do centenário da imigração britânica no Norte paranaense. Então, amanhã teremos um evento aqui na Assembleia sobre esse tema. Quero convidar todas as Senhoras e os Senhores Parlamentares, às 10 horas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos votar. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo,**

*Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (17 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 27/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 833/2024, dos Deputados Hussein Bakri, Gilson de Souza, Luiz Cláudio Romanelli, Alisson Wandscheer. Gilberto Ribeiro, Soldado Adriano José e Marcel Micheletto, requerendo a tramitação em regime de urgência aos Projetos de Lei Complementar n.ºs 2/2024 e 3/2024. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Deputado Tiago Amaral...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, queria só fazer um registro aqui. A Oposição dá as boas-vindas oficiais ao Dr. Leonardo, que agora assume aqui junto da situação, a Liderança do Governo. Bem-vindo, Dr. Leonardo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seja bem-vindo, Dr. Leonardo.

Requerimento n.º 813/2024, do Deputado Tiago Amaral, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 969/2023 ao Projeto de Lei n.º 125/2023, por tratarem de

matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 817/2024, do Deputado Tiago Amaral, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 185/2024 ao Projeto de Lei n.º 974/2019, por tratarem de matérias correlatas; **Requerimento n.º 818/2024**, do Deputado Tiago Amaral, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 4/2024 ao Projeto de Lei n.º 1025/2023, por tratarem de matérias correlatas; e **Requerimento n.º 820/2024**, do Deputado Tiago Amaral, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 964/2023 e 981/2023 ao Projeto de Lei n.º 958/2023, por tratarem de matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados os Requerimentos.** (Requerimentos encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 791/2024, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de menção honrosa ao Il.^{mo} Sr. Thiago Martins de Lisboa, renomeado empreendedor do setor empresarial, que promove, de forma filantrópica, a educação sobre Gestão e Desenvolvimento Financeiro para jovens em situação de vulnerabilidade social no Estado do Paraná, beneficiando diretamente milhares de famílias; **Requerimento n.º 792/2024**, da Deputada Marli Paulino, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Educação do Estado do Paraná, Sr. Roni Miranda, requerendo a adoção de medidas cabíveis para instalação de sistema de monitoramento através de totens em frente aos Colégios Estaduais do Paraná; **Requerimento n.º 793/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do publicitário Felipe Rigoni, ocorrido no dia 2 de abril; **Requerimentos n.ºs 794 a 801/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para os Sr.^s: Daniel dos Santos; Danilo Barreto de Lima; Gilvane de Oliveira Pereira; Homero Jorge Davascio; Jaqueline da Silva Bastos; Luiz Carlos Taques Ribeiro; Ricardo Martins

Taques; e Rudy Prestes Carvalho; **Requerimentos n.ºs 802 a 805/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para os Sr.ºs: Allan Kauã da Silva Ferreira; André Luiz de Paula; Fábio Schena D. Rodrigues; e Luiz Antônio da Silva Machado; **Requerimento n.º 806/2024**, da Deputada Cristina Silvestri e do Deputado Alison Wandscheer, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para o Diretor do Colégio Católica de Curitiba, Sr. Celso Luiz Moletta Junior, bem como os alunos relacionados; **Requerimento n.º 808/2024**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Dr. Leonardo Riella, em reconhecimento ao feito histórico de ter realizado o primeiro transplante de rim de porco geneticamente modificado em um ser humano vivo; **Requerimento n.º 809/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de congratulações à Professora Maria Conceição da Silva, atleta e professora aposentada da Universidade Estadual de Maringá; **Requerimento n.º 810/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao ilustre e competente Sr. José Carlos Araújo, pela sua brilhante reeleição para comandar o Condomínio Residencial Nações Unidas, no município de Fazenda Rio Grande; **Requerimento n.º 811/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado das Cidades, Sr. Eduardo Pimentel, requerendo providências para a cobertura asfáltica da Estrada do Saltinho, no município de Tijucas do Sul; **Requerimentos n.ºs 812, 814, 816, 819, 821 e 822/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, requerendo providências urgentes para: aumentar as rondas da guarda municipal na região da Rua Luiz Havro, no bairro Santa Cândida; a reinstalação da travessia elevada da Rua João Dembinski, na altura do número 1.554; o recapeamento asfáltico da Rua Flávio Ribeiro no bairro Portão; a análise de viabilidade para a transformação da Unidade de Saúde Guaíra em uma Unidade de Saúde 24 horas; a manutenção do pátio do CMEI Santa Amélia, no bairro Fazendinha; e garantir a tráfegabilidade dos veículos e segurança dos pedestres no horário da saída dos alunos da EM. CEI. Prof. Ulisses Falcão Vieira; **Requerimento n.º 824/2024**, dos

Deputados Bazana e Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos atletas do Paradesporto e seus técnicos; **Requerimento n.º 825/2024**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Abimael do Valle; **Requerimento n.º 828/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Sr.^s Fernando Furiatti Saboia, Diretor do DER/PR, e Carlos Roque Franco Neto, Gerente Regional do Departamento de Estradas de Rodagens do Paraná - Regional Jacarezinho, solicitando empenho e providências administrativas na realização de reparos e manutenção da PR-517, que liga o município de Itambaracá a Andirá, considerada de extrema importância regional; **Requerimento n.º 829/2024**, da Deputada Marli Paulino, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP, Sr. Gilson de Jesus dos Santos, requerendo a disponibilidade de uma reunião com a Comissão de Relações Federadas e Assuntos Metropolitanos para tratar do Plano de Desenvolvimento Integrado - PDUI; **Requerimento n.º 831/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná e para a Secretaria de Saúde requerendo adoção de medidas para os servidores públicos da saúde; **Requerimento n.º 832/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o arquivamento do Requerimento n.º 826/2024, protocolado no dia 8/4/2024; **Requerimento n.º 834/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Sr. Doutor Procurador-Geral de Justiça, manifestando Moção de Apoio e recomendação à manutenção da Doutora Rosana Beraldi Bevervanço, na CAOIPCD - Coordenação de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência do Digno Ministério Público do Estado do Paraná; **Requerimentos n.ºs 835 e 836/2024**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Sr. Fernando Sabóia, Diretor-Geral do DER/PR, requerendo: a alteração e instalação de novas placas de sinalização sobre denúncias ambientais nas rodovias estaduais; e a instalação de sinalização turística em Prudentópolis; **Requerimento n.º 837/2024**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Sr. Everton Souza, Diretor-Presidente do

Instituto Água e Terra, requerendo providências urgentes para mitigação de risco de acidentes e manutenção do caminho Histórico do Itupava.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 815/2024, dos Deputados Reichembach e Evandro Araújo, requerendo a inclusão do Deputado Reichembach como coautor do Projeto de Lei n.º 710/2023; **Requerimento n.º 827/2024**, dos Deputados Alexandre Curi e Anibelli Neto, requerendo a inclusão do Deputado Anibelli Neto como coautor do Projeto de Lei n.º 185/2024; **Requerimento n.º 830/2024**, do Deputado Douglas Fabrício e da Deputada Marli Paulino, requerendo a inclusão da Deputada Marli Paulino como coautora do Projeto de Lei n.º 33/2024, de autoria do Deputado Douglas Fabrício.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 807/2024** do Deputado Douglas Fabrício, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de abril de 2024.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 823/2024**, do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de abril de 2024.

Requerimento Arquivado.

Requerimento n.º 826/2024, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Doutor Procurador-Geral da Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, manifestando Moção de Apoio em favor da continuidade da atual coordenação do CAOIPCD - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, exercida pela Doutora Rosana Beraldi Bevervanço, Procuradora de Justiça do Douo

Ministério. **Requerimento arquivado, conforme solicitação no Requerimento n.º 826/2024.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, faremos amanhã duas Sessões, a Ordinária de terça-feira e a antecipada de quarta-feira, com as seguintes **Ordens do Dia: 1.ª Sessão Ordinária** - Redação Final do Projeto de Lei n.º 710/2023, 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 254/2023, 267/2023, 894/2023, 936/2023, 937/2023, 1052/2023 e 27/2024 e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 619/2023 e 927/2023; **Sessão Ordinária antecipada de quarta-feira** - 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 619/2023 e 927/2023 e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 663/2021, 721/2023, 775/2023, 889/2023, 71/2024, 72/2024, 100/2024, 127/2024 e 135/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h10, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)